

FYI

slcm

| NEWS

FOR
YOUR
INFORMATION



LAY-OFF “*SIMPLIFICADO*”

❖ ÂMBITO DE APLICAÇÃO

Empregadores de natureza privada, incluindo as entidades empregadoras do sector social e trabalhadores ao seu serviço, afectados pela pandemia da COVID-19, que se encontrem em situação de crise empresarial, entendendo-se como tal:

- a) O encerramento total ou parcial da empresa ou estabelecimento, decorrente do dever de encerramento de instalações e estabelecimentos determinado pelo Governo, relativamente ao estabelecimento ou empresa efectivamente encerrados e abrangendo os trabalhadores a estes directamente afectos;
- b) A paragem total ou parcial da actividade da empresa ou estabelecimento que resulte da interrupção das cadeias de abastecimento globais, ou da suspensão ou cancelamento de encomendas, dos quais resulte que a utilização da empresa ou da unidade afectada será reduzida em mais de 40% da sua capacidade de produção ou de ocupação no mês seguinte ao do apoio;
- c) A quebra abrupta e acentuada de, pelo menos, 40% da facturação no período de 30 dias anterior ao do pedido, com referência à media mensal dos 2 meses anteriores a esse período, ou face ao período homólogo do ano anterior ou, ainda, para quem tenha iniciado a actividade há menos de 12 meses, à média desse período.



❖ ACESSO

As medidas aplicam-se mediante requerimento, em conformidade com os formulário disponibilizados pela Segurança Social, apresentado pela entidade empregadora, junto dos serviços da segurança social, através da Segurança Social Directa.

O acesso não carece de qualquer outra comprovação, assentando numa lógica de auto-responsabilização das empresas. Contudo, as entidades beneficiárias podem ser, posteriormente, objecto de fiscalização, impondo-se-lhes uma comprovação documental dos factos alegados. Poderão ser requeridos: balancetes contabilísticos referentes ao mês do apoio, ao mês homólogo ou meses anteriores; declarações de IVA referentes ao mês do apoio bem como aos 2 meses imediatamente anteriores, ou a declaração referente ao último trimestre de 2019 e o primeiro de 2020, conforme a requerente se encontre no regime de IVA mensal ou trimestral respectivamente, que evidenciem a intermitência ou interrupção das cadeias de abastecimento ou a suspensão ou cancelamento de encomendas; documentos demonstrativos do cancelamento de encomendas ou de reservas; para além de outros documentos que venham a ser fixados.

❖ OBJECTO DA MEDIDA

É permitida às empresas elegíveis, a redução temporária dos períodos normais de trabalho ou de suspensão dos contratos de trabalho e a redução das retribuições dos trabalhadores, nos termos previstos nos artigos 298º e seguintes do Código do Trabalho para o lay-off tradicional, observando um regime simplificado.

❖ PROCEDIMENTO

- 1º Audição dos delegados sindicais e comissões de trabalhadores, quando existam, sobre as medidas projectadas;
- 2º Comunicação, por escrito, aos trabalhadores da decisão de reduzir ou suspender os respectivos contratos de trabalho, indicando a duração previsível da medida;
- 3º Envio do requerimento à Segurança Social.



❖ REGIME

- Os contratos de trabalho suspendem-se ou reduzem-se os tempos de trabalho, para algumas horas por dia, ou alguns dias por semana, reformulando-se os horários de trabalho dos trabalhadores abrangidos, conforme definido pela empregadora, de acordo com critérios objectivos e tendo em conta o fim visado pela medida de viabilização da empresa e manutenção dos contratos de trabalho;
- Durante a execução da medida mantêm-se todos os direitos, deveres e garantias das partes, com excepção, nos casos de suspensão, daqueles que pressupõem a efectiva prestação de trabalho;
- Durante a suspensão ou redução, os trabalhadores podem exercer outra actividade profissional;
- Em caso de suspensão dos contratos de trabalho, os trabalhadores recebem uma compensação paga a 30% pela empregadora e 70% pela Segurança Social, no valor de 2/3 da sua retribuição normal ilíquida, com o mínimo de 1 RMMG (€ 665) e o máximo de 3 RMMG (€ 1.995);

❖ REGIME (cont.)

- Em caso de redução dos períodos normais de trabalho, os trabalhadores têm direito ao pagamento da retribuição normal correspondente ao tempo de trabalho prestado e, quando necessário, a uma compensação, paga a 30% pela empregadora e 70% pela Segurança Social, correspondente ao tempo de redução, por forma a garantir o recebimento de 2/3 da retribuição, com o mínimo de 1 RMMG e o máximo de 3 RMMG.
- Se destes valores acima mencionados resultar montante mensal inferior à retribuição normal ilíquida do trabalhador, o valor da compensação retributiva pago pela segurança social é aumentado na medida do estritamente necessário de modo a assegurar aquela retribuição, até ao limite máximo de 3 RMMG.

❖ PROIBIÇÃO DOS DESPEDIMENTOS

São proibidas as extinções de postos de trabalho e os despedimentos colectivos durante o período de aplicação das medidas e nos 60 dias seguintes.



❖ VIOLAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES PELAS ENTIDADES EMPREGADORAS

O incumprimento, pelo empregador, das obrigações respeitantes aos apoios concedidos implica a sua cessação, com a obrigação de restituição dos valores concedidos, à Segurança Social e ao IEFP.

Consideram-se situações de incumprimento:

- Despedimento, excepto por facto imputável ao trabalhador;
- Incumprimento pontual das obrigações retributivas devidas aos trabalhadores;
- Incumprimento das obrigações legais, fiscais ou contributivas;
- Distribuição de lucros;
- Incumprimento, imputável ao empregador, das obrigações assumidas, nos prazos estabelecidos;
- Prestação de falsas declarações;
- Prestação de trabalho à própria entidade empregadora por trabalhador abrangido pelo lay-off simplificado, durante a suspensão ou para além do tempo previsto na redução.

❖ NOTA SOBRE PRODUÇÃO DE EFEITOS

A medida do lay-off simplificado produziu efeitos até 30 de Setembro de 2020.

No entanto, as empresas e estabelecimentos que se encontrem sujeitas ao dever de encerramento de instalações e estabelecimentos por determinação legislativa ou administrativa de fonte governamental, no âmbito da pandemia da doença COVID-19, podem aceder ou manter o direito ao lay-off simplificado, enquanto se mantiver esse dever.



A informação contida nesta FYI não consubstancia opinião ou assessoria jurídica, não dispensando a consulta da legislação referida e/ou aconselhamento junto de um profissional para aplicação a situações concretas.

08 de março de 2021



INÊS PINHEIRO
SÓCIA



**TIAGO PESTANA DE
VASCONCELOS**
ADVOGADO



ÂNGELA AFONSO
ADVOGADA



VERA MANOEL
ADVOGADA

slcm

SERRA LOPES, CORTES MARTINS // ADVOGADOS

Rua General Firmino Miguel nº3 Torre 2 - 10º B // 1600-100 Lisboa Portugal
Tel: +351 21 723 40 00 // slcm@slcm.pt // www.slcm.pt

Serra Lopes, Cortes Martins & Associados Sociedade de Advogados, RL // Ins. Ordem dos Advogados nº 18/89